



DOI:10.12957/transversos.2019.41839

## EM ANGOLA O ENSINO BILINGUE PODE CONTRIBUIR PARA A EDUCAÇÃO E MANUTENÇÃO DA PAZ NACIONAL

**Teresa Almeida Patatas**

Universidade Mandume Ya Ndemufayo –  
Escola Superior Politécnica do Namibe, Angola

[teresapatatas.angola@gmail.com](mailto:teresapatatas.angola@gmail.com)

**Joana Quintas**

Universidade Katyavala Bwila

ISCED - Benguela - Angola

[quintajo@gmail.com](mailto:quintajo@gmail.com)

### **Resumo**

Em Angola, país pós-conflito, a manutenção da paz é uma preocupação social. Nessa nação multicultural e plurilingue a língua portuguesa sempre assumiu a hegemonia em termos de escolarização e de administração, apesar de existirem várias línguas nacionais. Essas línguas entraram tardiamente na educação formal. O seu ensino é considerado importante na promoção e manutenção da paz nacional. Acredita-se que o ensino bilingue desde a primária, pode trazer múltiplas vantagens e contribuir para uma mudança multifacetada necessária para a preservação da paz. O objetivo deste estudo é mostrar que a escola angolana como agente de socialização e de formação de personalidade infantil pode impulsionar uma educação para a paz promovendo uma

educação bilingue. Para a concretização deste objetivo fez-se uma pesquisa bibliográfica. Na parte empírica usaram-se grupos focais em turmas de ensino de línguas angolanas na província do Namibe.

Palavras-Chave: Ensino Bilingue; Línguas Angolanas; Língua Portuguesa; Educação para a Paz.

### **Abstract**

In Angola, post-conflict country, peacekeeping is a social concern. In this multicultural and multilingual nation the Portuguese language has always assumed the hegemony in terms of schooling and administration, although there are several national languages. These languages were introduced late into formal education. Teaching these languages is considered

important to promotion and maintenance of national peace. It is believed that bilingual education since primary school can bring multiple advantages and contribute to a multifaceted change necessary for preservation of peace. This study aims to show that the Angolan school as an agent of socialization and formation of children's personality can rouse an education for peace, by promoting a bilingual education. To achieve this goal, a bibliographic research was carried out. In the empirical

part, focus groups were used in classes of Angolan language in the province of Namibe.

**Keywords:** Bilingual Teaching; Angolan Languages; Portuguese language; Education for Peace.

## **1. Introdução**

A educação é considerada um instrumento de mudança. Nelson Mandela proferiu que “a educação é a arma mais poderosa que se pode usar para mudar o mundo<sup>1</sup>”.

No Relatório de Monitoramento Global de Educação para Todos 2013/14, Bokova (prefácio de ROSE, 2014: p. 3) afirma que “a educação confere sustentabilidade ao progresso, no âmbito de todos os objetivos de desenvolvimento. [...] A educação de comunidades transforma as sociedades e faz crescer as economias”. Neste âmbito Casassus (2007: p. 29) ressalva que “é evidente que para todos que, na construção do presente e do futuro da sociedade da informação, a educação é um elemento crucial tanto para o desenvolvimento das pessoas [como] de suas comunidades”.

A língua e a sociedade estão relacionadas e são interdependentes. Pois que as línguas só existem nas sociedades e não há sociedade sem língua (FROMKIN & RODMAN: 1993). O domínio das línguas é importante para a socialização das pessoas. Angola é um país multilíngue, contudo até 2008 o ensino formal em Angola era monolíngue, sendo a língua portuguesa a única língua do ensino e da administração. As línguas endógenas angolanas, tendo sido excluídas do ensino formal até então, são integradas paulativamente no sistema de ensino, iniciando na primária, quatro anos após a paz nacional (estabelecida em 2002).

O objetivo deste estudo é mostrar que a escola angolana como agente de socialização e de formação de personalidade infantil pode impulsionar uma educação para a paz promovendo uma educação bilingue. Para a concretização deste objetivo fez-se uma pesquisa bibliográfica. Na parte empírica usaram-se grupos focais em estudantes de turmas de ensino de línguas angolanas em três escolas no Namibe, uma das 18 províncias.

## **2. Educação e línguas em angola**

---

<sup>1</sup> [https://www.pensador.com/frases\\_nelson\\_mandela\\_inspirar\\_ser\\_alguem\\_melhor/](https://www.pensador.com/frases_nelson_mandela_inspirar_ser_alguem_melhor/)

Em cada país existe uma série de variáveis que influenciam a educação escolar (exemplo: escolas, currículos, avaliação, políticas, agentes educativos, estruturas, culturas, etc...), assim como diversos contextos, sobretudo o histórico, e Angola não é exceção.

A 11 de Novembro de 1975, Angola tornou-se independente do seu país colonizador - Portugal. Após um posterior e longo período de guerra civil, a paz em 2002 trouxe esperança de mudança tanto a nível nacional como a nível individual.

Angola é uma nação pluricultural. “A realidade de Angola é muito diversificada, constituída por grupos étnicos diferentes, por culturas diferentes que coabitam no mesmo espaço nacional, sem por vezes se aperceberem disso, e naturalmente que os idiomas e os falares são igualmente diversos.” (COSTA, 2015: p. 143). Dessa pluralidade de culturas brota uma realidade multilingue, composta por cerca de 60 línguas autóctones (JAMES: 2004). Carvalho (2008: p. 141) comenta que “Angola é, como a maioria dos países africanos, uma nação plurilingue com uma estratificação linguística e uma composição sociolinguística muito complexa e heterogénea”.

Nesse domínio Quino (2002: p. 146) explana: “a situação linguística angolana é, culturalmente, tão distinta quanto às diversidades de etnias existentes no país, realizando as funções socioculturais e identitárias da comunidade. Ao nível de Angola cruzam-se seis línguas, de carácter mais amplo: Umbundu, Quimbundu, Quikongo, Cokwe, Fiole, Cuanhama”. Enfatiza-se que “todas as línguas nacionais de Angola são estruturalmente diferentes, embora pertencendo a duas famílias linguísticas: a família das línguas bantu e a das línguas não bantu.” (COSTA, 2015: p. 18).

Historicamente as línguas nacionais (também designadas *línguas angolanas*) na educação formal passaram por fases distintas e de dois polos opostos: exclusão e integração. Como se explica de seguida:

As línguas angolanas foram excluídas de toda a educação formal na época colonial, nessa altura eram denominadas *línguas indígenas*. Vilela (2001: p. 33) menciona que no Decreto nº 77 de Nórton de Matos (alto-comissário em Angola nessa época) era dito: «Artº 2º não é permitido ensinar nas escolas das missões línguas indígenas; Artº 3º o uso da língua indígena só é permitida em linguagem falada na catequese e, como auxiliar, no período do ensino da língua portuguesa». A língua portuguesa, trazida pelo colonizador, era a língua utilizada na educação e administração.

Após a independência nacional a língua portuguesa continuou no seu papel de supermacia linguística, porquanto, de acordo com o Artigo 10º da Constituição da República (2010: p.11) “a língua oficial da República de Angola é o português” e prosseguiu sendo a língua de ensino, visto que, segundo o Artigo 16º, alínea 1, da Lei 17/16, de 7 de Outubro “o Ensino deve ser ministrado em português.” (p. 3995).

As línguas endógenas começaram a serem mais valorizadas, sobretudo após a paz nacional. Para Chicumba (2013: p. 8) “as línguas nacionais constituem, irrefragavelmente a base fundamental da identidade cultural do povo Angolano. Elas resistiram ao longo dos tempos ao processo da glotofagia em que estavam sujeitas enquanto prevaleceu o regime colonial e se fortaleceram na unidade dos seus povos”. Carvalho (2008: p. 141) comenta que “no processo de devir histórico e cultural, começa-se, gradativamente, a valorizar as línguas nacionais, por constituírem, a par do Português, um património histórico-cultural”.

Chicumba (2013: p. 9) reforça que “as línguas nacionais constituem a base fundamental da preservação da herança e identidade culturais do povo, transmitidas durante séculos das gerações tradicionais ancestrais às novas gerações. Por conseguinte, a escolarização deve constituir-se como tarefa primária para a sua manutenção”.

No Artigo 19º da Constituição da República (2010: p. 11), é dito que “o Estado valoriza e promove o estudo, o ensino e a utilização das demais línguas de Angola”. E no Artigo 21º, alínea n) diz ser função do Estado “proteger, valorizar e dignificar as línguas angolanas de origem africana, como património cultural, e promover o seu desenvolvimento, como línguas de identidade nacional e de comunicação”; na alínea m) Promover o desenvolvimento harmonioso e sustentado em todo o território nacional, protegendo o ambiente, os recursos naturais e o património histórico, cultural e artístico nacional (p. 10).

Ainda na Constituição da República de Angola (2010, p. 30), Artigo 87.º (Património histórico, cultural e artístico) expõe:

1. Os cidadãos e as comunidades têm direito ao respeito, valorização e preservação da sua identidade cultural, linguística e artística.
2. O Estado promove e estimula a conservação e valorização do património histórico, cultural e artístico do povo angolano.

Neste campo acrescenta-se que na Lei 17/16, de 7 de outubro, Artigo 16º, alínea 2, refere que “o Estado promove e assegura as condições humanas, científico-técnicas, materiais e financeiras para a expansão e generalização da utilização no ensino, das demais línguas de Angola”.

O ensino formal das línguas angolanas começou em 2008, de modo paulatino em cada uma das dezoito províncias de Angola, de acordo às línguas nacionais locais e segundo os seus recursos humanos e estruturais de cada província, e em ritmos desiguais, iniciando nas escolas primárias.

### 2.1. O ensino bilingue

Numa sociedade multilingue não faz sentido uma educação monolingue. Pinto (in NAZARETH & FERNANDES, 1993: p. 13) esclarece que na:

Aprendizagem na intercultura, a riqueza de cada um [é] partilhada por todos. As diversas culturas têm elementos extraordinários, alguns de sabor universal, outros extremamente positivos na originalidade. É preciso conhecer cada cultura e receber dela os valores que transporta para os integrar num processo educativo mais rico.

Não se pretende anular a importância da língua portuguesa, que, como suprarreferido, também faz parte do património histórico-cultural angolano (CARVALHO: 2008), mas criar um ambiente de coabitação valorativa de línguas, que permita construir a pontes comunicativas em relação a outras culturas e grupos linguísticos diferentes dos seus, num caminho para a educação para a paz.

Chicumba (2013: p. 9) explica que “a língua portuguesa sendo a oficial do país constitui um instrumento valioso de comunicação e muito importante na divulgação dos valores culturais da dignidade humana e deve partilhar os espaços educacionais em estrita convívência com as línguas nacionais, no contexto do ensino bilingue, permitindo desta forma uma maior coesão da unidade da nação”. Porquanto “o português é a língua veicular, língua da administração, comunicação social e ensino, [mas] a identidade nacional é preenchida pelas línguas africanas.” (QUINO, 2002: p. 147).

Chicumba (2013: p. 3) afirma que a “educação bilingue tem como fundamental objectivo a integração harmoniosa da sociedade multilingue no complexo processo de ensino”. E segundo (Mateus, 2011, p. 20) tem os objetivos sociolinguísticos seguintes: “contribuir para a inserção das crianças (...) na comunidade (...), melhorando o desempenho escolar e o desenvolvimento linguístico, cognitivo, social e cultural (...); Provar que o modelo de ensino bilingue adotado conduz a resultados melhores que o modelo tradicional monolingue”.

Em Angola “a adoção do sistema de educação bilingue, reminiscência da expectante introdução das línguas nacionais (Kimbundu, Umbundu, Kikongo, Còkwe, Nganguela,

Oshykwanyama e Fyote) no sistema educativo oficial, é um processo que garante a preservação dos valores socioculturais e está diretamente relacionado à identidade histórica, ideológica e à organização sociopolítica de um povo.” (CHICUMBA, 2013: p. 1).

Tem-se de levar em conta que “a educação não é algo que acontece num vazio social e abstrato. Pelo contrário, o contexto cultural e social, no qual ocorre é importante” (CASASSUS, 2007: p. 25). PINTO (in NAZARETH & FERNANDES, 1993, p. 12) enfatiza que “a escola é o microcosmo da sociedade, reflete por isso os movimentos e características da sociedade”, por isso “o papel da escola é insubstitível na construção da sociedade nova” (p.13) e na promoção de uma educação para a paz e sua manutenção.

### 2.1.1. Importância do ensino da língua portuguesa em Angola

A língua portuguesa é um vetor para a unificação da nação. Falando a mesma língua intensifica laços de irmandade; evita os males entendidos e desconfianças; cria interesse e espírito de atenção ao outro. A língua portuguesa é muito importante na vida em Angola, sobretudo nas cidades, sendo a língua da administração ela é usada em todas as instituições e serviços.

O português está presente na vida profissional das pessoas, desde o seu início, pois que para se conseguir um emprego é preciso passar por uma entrevista e reunir condições sobre a escolarização e a comunicação em língua oficial (língua portuguesa). O conhecimento de uma língua tão falada no mundo (a quinta como língua nativa e sexta como língua nativa e segunda língua) contribui para o êxito da integração em contextos internacionais. Por tudo isso é essencial o seu ensino.

A língua portuguesa é ensinada, em Angola, seguindo os modelos da gramática normativa e compõem um dos grandes obstáculos à aquisição do português norma-padrão, ou seja, ao entrar para a escola, a criança encontra-se com uma nova variante, cuja fonologia, léxico, até semântica não lhe é de todo familiar, mas padronizada e regida por um sistema de difícil alteração e muito rigoroso; além disso, essa variável é ensinada como se fosse a variante materna de todos os falantes (RODRIGUES: 2012).

A aquisição ou aprendizagem da língua portuguesa tem a ver com uma aprendizagem comunicativa que assenta em estratégias de exercícios interativos de sala de aula, afastando-se um pouco da abordagem tradicional que tem sujeitado o panorama do ensino da norma padrão do português em Angola.

### 2.1.2. Importância do ensino de língua endógena em Angola

O ensino de línguas endógenas segue as directrizes da Declaração Universal dos Direitos Linguísticos<sup>2</sup> (UNESCO: 1996) que considera que:

Os direitos coletivos dos grupos linguísticos podem incluir ainda (...), e de acordo com as especificações do ponto 2 do artigo 2º:

O direito ao ensino da própria língua e da própria cultura;  
O direito a dispor de serviços culturais;  
O direito a uma presença equitativa da língua e da cultura do grupo nos meios de comunicação;  
O direito a serem atendidos na sua língua nos organismos oficiais e nas relações socioeconômicas. (p.5)

A importância e vantagens do conhecimento e ensino das diferentes línguas de um território foram enfatizadas pela Associação Mundial de Escritores (PEN) (2011), no seu Manifesto de Girona, onde proclamou os dez princípios centrais da declaração supra referida (Declaração Universal dos Direitos Linguísticos) e que são:

1. A diversidade linguística é um património da humanidade que deve ser valorizado e protegido.
2. O respeito por todas as línguas e culturas é fundamental no processo de construção e manutenção do diálogo e da paz no mundo.
3. Cada pessoa aprende a falar no seio de uma comunidade que lhe dá a vida, a língua, a cultura e a identidade.
4. As diversas línguas e os diversos falares não são só instrumentos de comunicação; são também o meio em que os seres humanos crescem e as culturas se constroem.
5. Qualquer comunidade linguística tem direito a que a sua língua seja utilizada oficialmente no seu território.
6. O ensino escolar deve contribuir para prestigiar a língua falada pela comunidade linguística do território.
7. O conhecimento generalizado de diversas línguas por parte dos cidadãos é um objectivo desejável, porque favorece a empatia e a abertura intelectual, ao mesmo tempo que contribui para um conhecimento profundo da língua própria.
8. A tradução de textos – particularmente dos grandes textos das diversas culturas – representa um elemento muito importante no necessário processo de maior conhecimento e respeito entre os homens.
9. Os meios de comunicação são altifalantes privilegiados quando se trata de tornar efectiva a diversidade linguística e de prestigiá-la com competência e rigor.

---

<sup>2</sup> Também conhecida como Declaração de Barcelona, “é um documento assinado pela UNESCO, o PEN (clube) [Associação Mundial de Escritores], e várias organizações não-governamentais em 1996 para apoiar o direito linguístico, especialmente os de línguas ameaçadas de extinção”. Fonte: [https://pt.wikipedia.org/wiki/Declara%C3%A7%C3%A3o\\_Universal\\_dos\\_Direitos\\_Lingu%C3%ADsticos](https://pt.wikipedia.org/wiki/Declara%C3%A7%C3%A3o_Universal_dos_Direitos_Lingu%C3%ADsticos).

10. O direito ao uso e protecção da língua própria deve ser reconhecido pelas Nações Unidas como um dos direitos humanos fundamentais.

Os países plurilingues que usam as suas línguas endógenas no ensino têm a probabilidade de serem mais sucedidos. Uma língua faz parte das riquezas de um povo. Assim é óbvio que cada povo se preocupe em conhecer a sua própria língua e valorizá-la. Pois que, o conhecimento de línguas constitui uma referência fundamental para a avaliação psico-social dos indivíduos, em termos da sua identidade e da sua abertura ao outro e ao mundo (MATEUS: 2008).

Para se destacar as vantagens de falar uma língua endógena, o melhor é ouvir os estudantes das mesmas e isso se fez através de grupos focais em três escolas, onde as línguas nacionais são ensinadas, numa das 18 províncias de Angola: Namibe, no litoral sul do país, onde a evolução do seu ensino tem sido positiva.

Conforme o Censo de 2014 a população com mais de 2 anos de idade desta província era constituída por 310.941 indivíduos (67,9% do total), repartida entre a Urbana (257.719 indivíduos, sendo 87,9% do total) e a Rural (53. 222 indivíduo, equivalendo a 32,3% do total).

No concernente às línguas “o português é falado por mais de metade da população (68%) com maior predominância nas áreas urbanas, onde 88% da população fala a língua portuguesa, contra somente 32% na área rural” (Instituto Nacional de Estatística-INE: 2016, p. 38). Seguido ao português “o umbundo é a segunda língua mais falada com 20%, seguindo-se as línguas Nyaneca e Muhumbi com 12% e 11% respectivamente.” (INE: 2016, p. 38). As outras línguas usadas nessa província são: Còkwe, Kwanyama, Fiote, Kikongo, Kimbundu, Nganguela, e, Luvale.

Conforme referido, a nível nacional o ensino das línguas endógenas principiou em 2008, porém, por variados motivos, nessa província (Namibe) começou apenas em 2012. Nos seus municípios a iniciação desse ensino não foi feita de modo sincrónico, contudo em 2018 o ensino estava em todos os municípios. Os dados estatísticos mais recentes (de 2017, fornecidos pela entidade responsável local) indicam uma expansão deste ensino a nível provincial e um número crescente de seus alunos (12.990 no Ensino Primário, 1.148 no Ensino Médio e 175 professores).

É de referir que nesta província são ensinadas duas línguas angolanas: o umbundo e Nyaneca, como referido, as duas línguas endógenas mais faladas na região. Os noventa



estudantes inquiridos referiram as seguintes vantagens na aprendizagem e uso das línguas angolanas:

- ✓ A interação e a comunicação com outras comunidades linguísticas;
- ✓ Aumento da valorização do resgate dos vários valores culturais;
- ✓ Diminuição de conflitos internos;
- ✓ Compreensão e empatia de culturas diferentes;
- ✓ Redução de obstáculos étnicos;
- ✓ Desenvolvimento de múltiplas competências comunicativas;
- ✓ Partilha de valores culturais verdadeiramente angolanos;
- ✓ Identificação de culturas nacionais e preservação das mesmas;
- ✓ Desenvolvimento do interesse e da valorização da pluralidade cultural angolana;
- ✓ Viagem de regresso às origens, à antiga identidade;
- ✓ Comunicar com os “mais velhos” ou com os habitantes de zonas onde não se usa a língua portuguesa.

Acredita-se que de todas as vantagens resulta o reconhecimento da sua e da cultura do outro, o que ajuda na promoção do respeito da diversidade nacional, na pertença de um coletivo plurilingue.

### 2.1.3. Elementos a conter no ensino linguístico

No ensino de uma língua existem elementos a serem incluídos que se transformam em oito factores que mostram o domínio da língua:

1 – A leitura é um dos elementos que desenvolve na pessoa o conhecimento global das coisas. O saber ler leva a uma maior socialização, pois várias informações transmitidas são por meio da escrita. Assim descodifica a mensagem quem sabe ler. A leitura carrega em si aspetos de libertação por levar a pessoa a interpretar, refletir, formar-se, e conscientizar-se. O ponto forte da leitura é tornar os leitores em pensadores, pois instrumentaliza o indivíduo para uma visão do mundo globalizado.

2 – A escrita é o elemento associado à leitura. É igualmente importante para estabelecer as relações dentro de uma sociedade. A escrita é uma das atividades do intelecto que pode ser de lazer ou formal. Tanto a escrita como a leitura são atividades que devem ser aprendidas. Não são inatas.<sup>3</sup>

---

<sup>3</sup> <https://canldoensino.com.br/blog/category/curso-gratis/educaçao-e-pedagogia>. Acedido dia 30/01/2019.

---

3 – A comunicação é fazer passar mensagem que pode ser falada ou escrita. A comunicação é muito importante no seio de uma sociedade. Uma sociedade onde a comunicação flui, há poucos conflitos. Visto que, estes, várias vezes, surgem da pouca ou má comunicação. Transmite-se e recebem-se sentimentos ou ideias entre pessoas por meio da comunicação.

4 – A interpretação é a ação de entender o que se lê. Assim sendo, não basta saber ler, é necessário perceber o que se lê; discifrar os códigos linguísticos e analisar, também, as mensagens que estão nas entre linhas. A interpretação está muito mais presente na vida das pessoas do que se imagina. Interpreta-se algo escrito de uma forma mais subjetiva; interpreta-se um filme; uma peça de teatro; uma frase; uma conversa entre outras coisas. Interpretação não se baseia apenas ao texto, refere-se, a mensagens verbais e não verbais, a signos linguísticos ao entendimento de imagens e as mensagens passadas através delas.

5 – O estudo - o conhecimento da língua portuguesa é a fundamental nos estudos, para se compreender todas as matérias que constam dos programas escolares. Assim aprende-se a ler, escrever e interpretar corretamente em língua portuguesa.

6 – O trabalho - quanto a este fator pode dizer-se que a maioria dos trabalhos existentes exige que as pessoas sejam alfabetizadas, ou seja, saibam ler, escrever, interpretar e falar fluentemente.

7 – O senso crítico - tem a ver com o fato de se interpretar as mensagens lidas ou qualquer outro meio de comunicação e saber formar uma opinião sobre tal assunto. Só cria a sua opinião, depois de uma leitura, aquele que percebeu o que leu e, por conseguinte, domina a língua em uso. Este fator está ligado ao aprendizado, visto ser importante ter uma opinião própria, para se contribuir na edificação da sociedade. Usando o exemplo do telejornal, pode dizer-se que a informação que passada, deixa quase sempre pontos de discussão ou reflexão. Mais uma vez, reflete quem domina a língua. Isso é construir um senso crítico.

8 – A criatividade – qualquer pessoa pode ser criativa. Todavia, aqueles que são escolarizados que continuam a desenvolver os aspetos da sua comunicação têm maior probabilidade de criarem ideias. A criatividade tem a ver com a imaginação, e o elemento fundamental para desenvolver a imaginação é a leitura<sup>4</sup>.

Segundo Casassus (2007, p. 77):

---

<sup>4</sup> [https://candoensino.com.br/blog/category/curso-gratis/educaçãoe-pedagogia](https://candoensino.com.br/blog/category/curso-gratis/educa%C3%A7%C3%A3o-e-pedagogia). Acedido dia 30/01/2019.

A vida contemporânea exige dos indivíduos uma capacidade de desenvolvimento de estratégias de apropriação e formas efetivas de processar, compreender e comunicar informação de uma maneira crítica e analítica. Para isso, os estudantes devem desenvolver uma competência comunicativa. Por competência comunicativa entende-se o conjunto de possibilidades que um estudante tem para compreender, interpretar, organizar, negociar e produzir atos de significação através de diversos sistemas de signos linguísticos e não-linguísticos.

Numa escola que promova uma educação bilingue esta se torna um desafio e é preciso o empenho de todos os agentes educativos para que haja sucessos nesta caminhada, a criação de formas interdisciplinares nos currículos escolares e talvez alterar algumas orientações educativas, incentivando uma maior reflexão nessa área.

### **3. Iniciar pelas e com as crianças**

Num período pós-conflito, como se vive em Angola, é necessário manter uma educação para a paz ensinando a compreensão da diversidade cultural e línguista nacional, o respeito pelo *outro*, a promoção do diálogo intercultural, assim como o “direito das várias culturas à sua identidade e ao seu reconhecimento” (MARTINS in AMARO, 2002: p 22).

Relembrem-se as palavras de Gandhi<sup>5</sup> “se queremos alcançar a verdadeira paz no mundo e travar uma guerra contra a guerra teremos que começar pelas crianças” Nesse campo acrescenta Cole (in AMARO, 2002: p.185) “se há esperança para a paz no mundo, ela reside nos nossos cidadãos mais jovens. Se queremos ter paz, temos de ensinar as nossas crianças a respeitarem-se umas às outras, a respeitarem a diversidade de valores”. A autora realça que “com crianças pequenas, as mensagens de educação para a paz começam por lhes fornecer vias de aprendizagem sobre as suas próprias culturas” (p. 186).

Acredita-se que para a efetivação de uma educação para a paz em Angola pode ser muito contributiva uma educação bilingue a partir da primária. Onde se pode “descobrir a riqueza da diferença e integrá-la no processo educativo” (PINTO, in NAZARETH & FERNANDES, 1993: p. 13).

Enfatiza-se que a aprendizagem faz-se em dois tempos na criança “o primeiro é a sua abertura pessoal-corporal, emocional e mental – a algo novo. O segundo é o da incorporação do novo em sua maneira particular de viver a vida” (CASASSUS: 2007, p. 34). “A educação escolar vem sendo considerada como um processo que permite às crianças ter acesso a uma

---

<sup>5</sup>Mohandas Gandhi, in “The Words of Gandhi”. Fonte: <http://www.citador.pt/textos/se-queremos-alcancar-neste-mundo-a-verdadeira-paz-mohandas-karamchand-gandhi>.

---

cultura universal, pela qual poderiam construir uma autonomia pessoal.” Gatti (prólogo de CASASSUS: 2007, p. 22).

### 3.1 Desenvolvimento da personalidade da criança

O processo do desenvolvimento integral de uma criança, normalmente é influenciado por alguns conhecimentos sob a forma de convicções, crenças ou atitude que é um ser interno de qualquer pessoa transformando-se em reações emotivas refletidas que são aprendidas e experimentadas quando a pessoa é posta perante um objeto. Esta reação leva-a a ser favorável ou a afastar-se do objeto.

Neste sentido, falando do contexto escolar torna-se importante aprofundar a noção de atitude, tendo em conta os elementos psicomotores e cognitivos, quer do ponto de vista da aprendizagem, quer do ensino. Assim, qualquer educador que deseja criar nos seus alunos atitudes, dispõe de vários meios de intervenção (GINGRAS: 1999). Pode fazer com que eles adquiram conhecimentos que influenciem as suas convicções. Esta atitude pode facilitar a realização de experiências personalizadas onde as emoções ou sentimentos apropriados, agradáveis ou desagradáveis convivam, de acordo aos objetivos a alcançar.

Neste prosseguimento, podem-se ensinar atitudes apoiando-se em atitudes já adquiridas, porquanto essas são os fundamentos da construção de novas aquisições. Desta forma, quem ensina deve procurar nos seus alunos pontos de apoio onde assentar as suas intervenções. Pontos de apoio que podem ser o que os alunos gostam; o comportamento que aumenta a sua motivação como a delicadeza ou experiências agradáveis que viveram (GINGRAS: 1999, p. 158).

Nesta mesma linha de pensamento “o aluno aprende uma atitude mais facilmente e em menos tempo, se quem ensina dedicar primeiro algum tempo e trabalho a demonstrar-lhe o significado e consequências pessoais dessa aprendizagem” (GINGRAS: 1999, p.159).

Esta é uma maneira de criar na criança atitudes de confiança. Quando uma pessoa acredita que têm pouco controle sobre o que lhe acontece, vive a ansiedade, depressão e outros tipos de stress. Em outro sentido, segundo Keller (2010, p. 158), “when they believe that they can predictably influence their environment by exercising their efforts and abilities in pursuit of their goals, then they are both healthier and more motivated to be successful”<sup>6</sup>.

---

<sup>6</sup> Em português: “quando eles acreditam que podem influenciar de maneira previsível o seu ambiente exercendo seus esforços e habilidades na busca de seus objetivos, então eles são mais saudáveis e mais motivados para serem bem-sucedidos”.

No processo de desenvolvimento é importante a experiência social. E nessa experiência está patente a relação da linguagem e do pensamento. Nesta perspectiva Piaget e Vygotsky salientam a importância da mudança evolutiva averiguada na formação dos conceitos gerais e abstractos. Na opinião de Piaget:

Este progresso é o resultado de uma elaboração das estruturas operacionais que derivam da interiorização da ação. A perspectiva de Vygotsky sublinha as origens sociais das funções mentais superiores e o papel dos instrumentos psicológicos nomeadamente da linguagem. Mas para os dois autores, a tomada de consciência, portanto o carácter consciente e voluntário, e uma organização num sistema hierárquico, estão na base da evolução verificada quando da formação dos conceitos científicos abstractos. (MARTINS: 1998, p. 19).

As funções psicológicas do pensamento possibilitam ao homem o domínio do seu próprio comportamento, ou seja, graças a elas o homem age de forma consciente e intencional. De acordo com Vigotski (2001), esses processos não são inatos. Para o seu desenvolvimento é preciso uma interação social, decorrida por meio da linguagem e do contexto onde se encontra inserido. Assim, uma organização correta da aprendizagem é essencial, visto ser responsável por ativar o desenvolvimento de funções psíquicas da criança.

As primeiras palavras têm um valor pragmático, porque frequentemente estão ligados ao desenvolvimento de uma ação. Estas palavras vão tendo uma função referencial e progressivamente designar entidades que repercutem para categorias de graus de generalização e abstração diferentes. (NELSON: 1985; 1986). À medida que a criança vai crescendo vai passando por várias etapas com características diferentes.

Na aprendizagem infantil a língua é um dos elementos de identificação, pois diferencia a forma como as crianças se expressam e vêem as coisas; como compreendem e interpretam o mundo; é um veículo que permite transmitir pensamentos e sentimentos por meio da comunicação e interação com todos os seres.

Em contexto escolar, cabe ao professor a tarefa de fazer com que as crianças saibam questionar, e criar novos paradigmas. Neste sentido, o professor deve saber diversificar a sua maneira de transmitir os conhecimentos linguísticos, mostrando a importância das línguas, no caso de Angola, tendo em conta o bilinguismo, promover a interculturalidade e valorizar, da mesma forma, as culturas e as línguas. (AMARO: 2002).

#### **4. Algumas conclusões**

Angola é um país pós-conflito, multicultural e plurilingue. Na sua história educacional só após quatro anos depois da paz nacional, as línguas endógenas foram incluídas paulativamente no ensino formal. Consequentemente, a coabitação destas línguas, agora introduzidas, constitui uma diferença curricular que incita questionamentos, reflexões e adequações e articulações, pela presença de outra língua local para além da língua portuguesa (oficial e de ensino). Esta nova realidade para além de colocar em prática os direitos universais linguísticos, pode ser usada para a efetivação de uma educação para a paz.

A escola é um espaço onde se pode desenvolver uma educação de compreensão, do conhecimento e valorização das diferentes culturas que compõem e enriquecem o *puzzle* nacional. Acredita-se que a promoção e manutenção da paz podem ser incentivadas por um ensino bilingue, onde haja uma coaprendizagem multicultural, uma metodologia convergente e interdisciplinaridade curricular entre a língua oficial e de ensino, a língua portuguesa, e as línguas angolanas, especialmente as mais faladas nas diferenças províncias de Angola.

Uma educação bilingue é um alvo e um desafio; pelas diferentes variáveis envolvidas torna-se um processo complexo, mas exequível, que envolve o empenho de todos os agentes educativos. As formas da sua concretização passam por uma reflexão conjunta desses agentes que pode levar a mudanças diversas, incluindo alterar algumas orientações educativas e partes do processo educativo ao torná-lo mais amplo e inclusivo a uma convivência multiétnica.

Pelas características do desenvolvimento infantil acredita-se que é na primária, pela criança e com a criança, que se deve dar início a esta educação bilingue promocional da paz, porque é na infância onde se constrói a sua identidade e o sentimento de pertença a uma coletividade na interação com o outro. Nelson Mandela referiu que “a educação é o grande motor do desenvolvimento pessoal”.

Acredita-se, como referido, que o caminho faz-se através de uma educação bilingue, começando na primária tendo em conta o desenvolvimento infantil. Pode parecer uma visão reducionista e ilusória, mas neste âmbito a motivação vem das palavras de Gandhi “O futuro dependerá daquilo que fazemos no presente”<sup>7</sup>.

### **Referências bibliográficas**

AMARO, G. (Coord). Educação para os direitos Humanos: Actas do encontro Internacional. Lisboa: Instituto de Inovação Educacional, 2002.

---

<sup>7</sup> Fonte: <http://www.citador.pt/frases/citacoes/a/mohandas-karamchand-gandhi/10>

ASSOCIAÇÃO MUNDIAL DE ESCRITORES (PEN). Manifesto de Girona. Girona: PEN, 2011.

CARVALHO, J. A. Construção da identidade de uma nação por meio da língua escrita ou falada. *Revista Fórum Identidades*, 2008, 4 (II), p. 83-90.

CASASSUS, J. A escola e a desigualdade. (2ª ed.). Brasília: Líber Livro Editora, UNESCO, 2007.

CHICUMBA, M.S. A educação bilingue em Angola e o lugar das línguas. IV Colóquio Internacional de Doutorandos/as do CES: Cabo dos Trabalhos, 2013.

COLE, C. Começar pelas crianças: Aprender sobre si próprio e sobre os outros para construir um futuro com mais paz. In AMARO, G. (Coord.). Educação para os direitos humanos: Actas do encontro internacional. Lisboa: Instituto de Inovação Educacional, 2002, p. 185-188.

Constituição da República. Luanda: Governo de Angola. Disponível em: [http://imgs.sapo.pt/jornaldeangola/content/pdf/CONSTITUICAOAPROVADA\\_4.2.2010-RUI-FINALISSIMA.pdf](http://imgs.sapo.pt/jornaldeangola/content/pdf/CONSTITUICAOAPROVADA_4.2.2010-RUI-FINALISSIMA.pdf), 2010.

COSTA, M. A. Estruturalismo. MARTELOTTA, M. E. et al. Manual de Linguística. São Paulo: Contexto, 2008, p.113-126.

COSTA, M. A. da. Compreensão e produção da linguagem verbal. In *Diversidade*, 2008.

COSTA, T. Umbundismos no Português de Angola. Proposta de um Dicionário de Umbundismos. 2015 Eficiências educativas. Tese de Doutoramento - UNL. Lisboa: ISPA.

FROMKIN, V. & RODMAN. R. Introdução à Linguagem. Coimbra: Livraria Almedina, 1993.

GINGRAS, D. M. M. Como Ensinar Atitudes – Planificar, intervir, valorizar. Coleção Práticas Pedagógicas. Lisboa: Ed. Asa, 1999.

INSTITUTO NACIONAL DE ESTATÍSTICA (INE). Censo 2014: Resultados definitivos: Recenseamento Geral da população e da habitação de Angola 2014 – Província do Namibe. Luanda: INE, 2016.

JAMES, W. M. (Historical Dictionary of Angola. Toronto: The scarecrow Press, 2004.

KELLER, J. M. Motivational Design for learning and performance. The Arcs Model Approach. US: Springer, 2010.

Lei 17/16, de 7 de Outubro, linguística na escola portuguesa. Nº 170. Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian. I L T E C, I Série. p. 265-270.

MARTINS, G. O. Toda a educação é educação cívica. In AMARO, G. (Coord.). Educação para os direitos humanos: Actas do encontro internacional. Lisboa: Instituto de Inovação Educacional, 2002, p. 21-36.

MARTINS, M. A. IX Colóquio de Psicologia e Educação. Dinâmicas Relacionais e eficiências educativas. Lisboa: ISPA, 1996.

MARTINS, M. A. X Colóquio de Psicologia e Educação. Educação Pré-escolar Modelos, Investigação e Práticas Educativas. Lisboa: ISPA, 1998.

MATEUS, M. H. M. A contibuição do estudo dos sons para a aprendizagem da língua. In Actas do 7º congresso da APP. Lisboa: Saber ouvir/Saber falar, 2007, p. 1-22.

MATEUS, M. H. M. Difusão da língua portuguesa no mundo. Simpósio FLUL/ILTEC sobre Difundir o português.. Lisboa: Edição da Fundação Clouste Gulbenkian, 2008, p. 1-13.

MATEUS, M. H. M. Diversidade linguística na escola Portuguesa. Lisboa: Revista Lusófona de Educação, nº 18, 2011, p. 13-24.

MATEUS, M. H. M. e Xavier, M. F. Dicionário de termos linguísticos. Associação portuguesa de linguística e instituto de linguística teórica e computacional, I, Lisboa: Editora Cosmos, 1990.

NELSON, C.L. My language, your culture: whose communicative competence? Wiley Online Library, 1985.

NETO, M. G. Aproximação linguística e experiência comunicacional. Luanda: Editora Mayamba, 2012.

PINTO, V. F. Palavras de abertura do Seminário Escola e Sociedade Multicultural. In NAZARETH, M. & FERNANDES, M. B. Escola e sociedade multicultural. Lisboa: Ministério da Educação – Secretariado coordenador dos programas de educação multicultural, 1993, p. 11-14.

QUINO, A. A importância das línguas africanas de Angola no processo de ensino e aprendizagem da língua portuguesa. Luanda: Universidade Agostinho Neto, 2002.

REIS, V. Dinâmica Funcional vs Problemas funcionais da língua. Luanda: Editorial Nzila, 2006.



RODRIGUES, M. dos P. A Língua Portuguesa como Língua Segunda na Província do Huambo. 2012. Tese de Doutoramento. Lisboa. Universidade Nova de Lisboa.

ROLDÃO, M. Os professores e a gestão do currículo. 1999.

ROSE, P. Ensinar e aprender: alcançar a qualidade para todos. Relatório de Monitoramento Global de Educação para Todos (EPT) 2013/4. Relatório conciso. Paris: UNESCO, 2014.

SHERIF, M. & SHERIF, C. W. The Adolescent in his group in its setting: I. Theoretical approach and methodology required. American Psychological Association. Lo Angeles: Endnotes, 1964.

UNESCO Declaração Universal dos Direitos Linguísticos. Barcelona: Unesco, 1996.

VILELA, M. Reflexões sobre a política linguística nos PALOP. *Africana Studia*, 4, 2001, 33-48.

\*\*\*

**Teresa Almeida Patatas:** Pós-doutoranda em Educação Comparada; Doutorada (Ciências da Educação). Professora no departamento de Contabilidade e Gestão e ambiente e Chefe de biblioteca. Formadora e Chefe de Biblioteca da *Escola Superior Politécnica do Namibe* - UMN - Angola. Membro Executivo do Projecto UNESCO - Arquivo Multimédia da Poesia dos Países da CPLP. Investigadora Associada da Equipa de Investigação do Centro de Estudos Interdisciplinares em Educação e Desenvolvimento (CeIED) - Portugal.

**Joana Quintas:** Universidade Katyavala Bwila

ISCED - Benguela – Angola

**Como citar este artigo:**

Patatas, Teresa Almeida, Quintas, Joana; Em Angola o ensino bilingue pode contribuir para a educação e manutenção da paz nacional. In REVISTA TRANSVERSOS. "Dossiê: REFLEXÕES SOBRE E DE ANGOLA - INSCREVENDO SABERES E PENSAMENTOS". N.º 15, Abril, 2019, pp. 14-30 Disponível em <<https://www.epublicacoes.uerj.br/index.php/transversos/index>>. ISSN 2179-7528. DOI:10.12957/transversos.2019.41839